

# Ascensão e Hegemonia da Convenção do Desenvolvimento no Pós-Guerra: evidências na literatura de ciclos e ondas longas

Gabriel Dib Tebechrani Neto <sup>1</sup>

**RESUMO:** O conceito de convenção social, como conjunto de crenças compartilhado coletivamente, oferece uma perspectiva interessante – em especial, pelo seu papel na coordenação e mobilização dos agentes – para tratar a problemática do desenvolvimento econômico, entendida como mudança estrutural das economias. Neste âmbito, este trabalho propõe uma exploração do lugar histórico e hegemônico da convenção do desenvolvimento, sobretudo no caso brasileiro e latino-americano, a partir das condições extremamente favoráveis à sua composição e disseminação no pós-guerra. Sugere-se, à luz do resgate recente da literatura de ciclos econômicos de matiz schumpeteriana, a existência de uma congeneridade entre a ascensão e o ciclo de vida desta convenção e as características evolutivas do paradigma tecnoeconômico vigente, particularmente reforçadas a partir da formatação sócio-institucional edificada nos anos 30 e no pós-guerra. Sob este prisma teórico, a crise é entendida como um ponto de inflexão, um prelúdio na configuração de uma “Era de Ouro” nas economias centrais (e até certo ponto, na economia mundial) cuja vigência e caracterização se revelariam propícias à emergência e manutenção de um feixe de estratégias nacionais de industrialização e mudança estrutural no capitalismo periférico.

**PALAVRAS-CHAVE:** *desenvolvimento; convenção; pós-guerra*

**CLASSIFICAÇÃO JEL:** O14

**ABSTRACT:** The concept of social convention, as a set of beliefs shared collectively, offers an interesting perspective - especially for its role in the coordination and mobilization of economic and social actors - to address the problem of economic development, understood as structural change in the national economies. In this context, this article explores the historical and hegemonic stage for the development convention, especially in Brazil and Latin America, built upon the extremely favorable conditions of the post-crisis, post-war world. Based on the recent developments on the literature of economic cycles following the Schumpeterian tradition, it suggests an association between the life cycle of this collective agreement and the evolutionary characteristics of the paradigm techno-economic, particularly reinforced after the social and institutional redesign in the 30s and 40s. From this theoretical standpoint, the crisis should be understood as a point of inflection, a prelude in the conformation of a “Golden Age” in the central economies (and, to some extension, in the world economy) whose duration and pattern proved conducive to the emergence and maintenance of a bundle of national strategies of industrialization and structural change in the peripheral capitalism.

**KEYWORDS:** *development; convention; post-war*

**JEL CLASSIFICATION:** O14

**Área 4:** Economia, Estado e Desenvolvimento    **Subárea 4.1:** Teorias do Desenvolvimento

## SESSÕES ORDINÁRIAS

---

<sup>1</sup> Economista pela FEA-USP, mestrando pelo IE-UFRJ e bolsista da FAPERJ ([gabriel.neto@ie.ufrj.br](mailto:gabriel.neto@ie.ufrj.br)). O autor agradece as contribuições dos professores Fabio Stefano Erber e Carlos Aguiar de Medeiros, ambos do IE-UFRJ, isentando-os de qualquer responsabilidade pelos equívocos e omissões deste trabalho.

## 1. Introdução

*Antes de mim, (...) quando atacados por qualquer enfermidade, nenhum socorro para eles havia, quer em alimento, quer em poções, bálsamos ou medicamentos: eles pereciam. Hoje, graças às salutares composições que lhes ensinei, todos os males são curáveis.*

- Ésquilo, “Prometeu Acorrentado”

Deve-se a Freud o crédito pela interessante analogia segundo a qual os mitos representam para o povo aquilo que os sonhos representam aos indivíduos. Como representação social do sagrado inculcada nas profundezas da cultura através das gerações, os mitos compõem-se de relatos e narrativas com alto valor simbólico e alegórico que remetem aos tempos primordiais e ao sobrenatural, apresentando o protagonismo das divindades, semidivindades e heróis, suas glórias e desventuras na intervenção na ordem anterior e antiga. Constituem, ao contrário das fábulas, histórias verdadeiras e enigmáticas que nos remetem à origem do universo (cosmogonia) e de cada um dos seus fragmentos, à criação dos seres e à fundação dos pilares da civilização e da moralidade. “*Em outras palavras, o mito descreve as diversas e às vezes dramáticas irrupções do sagrado do mundo*” (ELIADE, 1992:51). Suscitam nos iniciados a perspectiva dos feitos heróicos e os sacrifícios das jornadas épicas. Suas histórias, como expressão simbólica do inconsciente coletivo, estruturam atitudes, propõem modelos exemplares e fixam padrões de comportamentos e regras práticas para os indivíduos, provendo conteúdo e aura inteligível a uma realidade. Por explicar e testemunhar sua transformação no tempo, os mitos circunscrevem o princípio e o fim dos tempos e, talvez não por ironia, acompanham a ascensão e a queda dos impérios e hegemonias.

Ao tratar de complexos problemas da realidade, os atores sociais costumam se inspirar em esquemas de pensamento e metáforas que revelem os problemas e indiquem possíveis desfechos (ERBER, 2002). Algumas destas metáforas estão fundadas em histórias coletivamente compartilhadas de elevado conteúdo simbólico e alegórico que comumente remete ao mundo mitológico. Neste contexto, o enigma do desenvolvimento (ou sua face oposta, a maldição do *atraso*) povoa a cultura ocidental e o imaginário dos povos e líderes, não obstante sua cátedra profana nas arcades da Economia Política. Como expressão da discrepância histórica entre a riqueza das nações – seja em termos socioeconômicos, políticos ou tecnológicos – e do desejo de superação desta *fatalidade histórica* – um golfo intransponível (ARRIGHI, 1997), o *desarrollo* assumiu formas, significações e implicações distintas no tempo e nas sociedades, abarcando os mistérios e as potencialidades das economias marcadas pelo *atraso*.

Se a literatura econômica não carece de elementos míticos<sup>2</sup>, tampouco as antigas escrituras sobre o desenvolvimento. Quando este se fez consciente e necessário aos povos, na busca do segredo da transformação (transição) entre as realidades (parques industriais) e distintos padrões de vida e consumo, coube aos homens reverenciar um mistério (a industrialização) e a epopéia (experiência) dos países ditos *avançados* como um modelo a ser emulado. Como cantam os lamentos das economias pobres e *incompletas*, condenadas às privações essenciais do capital e da poupança (Rosenstein-Rodan), não é sem ironia<sup>3</sup> que lhes abundem as riquezas naturais e braços desejosos de trabalho (Lewis). *Cumpre-lhes, então, lembrar e celebrar os velhos mitos, trilhar as sendas pioneiras*. Neste tempo litúrgico, permite-se reconstituir o mito original (*imitatio dei*) que encerra a solução do enigma<sup>4</sup> do *desarrollo*. No esquema etapista de Rostow (1974), por exemplo, desafia-se as nações tradicionais e atrasadas a percorrer um caminho unívoco recheado de armadilhas: da reunião das pré-condições (educação, mobilização de capital, criação de bancos), as sociedades em transição deveriam arrancar (*take off*), atravessando fases intermediárias de evolução industrial e sócio-institucional, até a era do alto consumo de massa (*age of high mass consumption*). Derrotadas as adversidades, estas nações receberiam o *velocino de ouro* e um lugar no panteão de economias maduras e industriais. Esta jornada, crê-se, constituiria o caminho natural do desenvolvimento, o mesmo percorrido pelos pioneiros em um passado remoto (*in illo tempore*), quando os titãs ainda povoavam a Terra. De forma diversa, mas nem por isso menos desafiante, Gershenkron (1966), apresenta às nações atrasadas o intrincado labirinto do desenvolvimento. Com astúcia e alguns sacrifícios (como a privação do consumo para gerar poupança que viabilize o volume de investimentos necessário), pode-se contar ainda com auxílio da espada mágica de Ariadne (o Estado) e forças sobrenaturais (os bancos) para derrotar o Minotauro do atraso e libertar sua população de uma dívida de morte. Em outro evangelho, sob o castigo de Sísifo, competiria aos povos escapar ao ciclo vicioso da pobreza (Nurkse) e do desequilíbrio externo (Prebisch-Singer) que lhes reserva o destino, alcançando a redenção e a purgação dos erros históricos de seus antepassados. Quando esta ilíada se faz impedida por obstáculo intransponível, o Estado, como um presente dos deuses (ainda que não tome a forma de um cavalo gigante de madeira), elege-se como

---

<sup>2</sup> Na ciência econômica, por mais que se tente suprimir o mito por um discurso da racionalidade e do entendimento, acaba-se por recair em formulações mitológica. Uma referência interessante é a análise que Prado (2006) faz de algumas formas mitológicas presentes na teoria econômica positiva, sacralizadas pelas construções matemáticas: “...a gênese do equilíbrio já é concebida por ele [Walras] de um modo claramente mitológico. E isto ficará ainda mais patente quando, com o propósito de encontrar uma encarnação do *tâtonnement*, vai se pensar na figura de um leiloeiro capaz de centralizar o mercado, fixar os preços, calcular os excessos de oferta, descobrir os preços de equilíbrio e realizar as transações. Que não haja engano, entretanto, pois mesmo na versão de um mero sistema de equações diferenciais o *tâtonnement* já é a apresentação de um espírito que guia o mercado” (PRADO, 2006:7).

<sup>3</sup> Assim como rei Midas, é-se ao mesmo tempo o rico e miserável.

<sup>4</sup> “O mito conta uma história sagrada, quer dizer, um acontecimento primordial que teve lugar no começo do Tempo, *ab initio*. Mas contar uma história sagrada equivale a revelar um mistério, pois as personagens do mito não são seres humanos: são deuses ou Heróis civilizadores. Por esta razão suas ‘gesta’ constituem mistérios: o homem não poderia conhecê-los se não lhe fossem revelados. O mito é pois a história do que se passou in illo tempore, a narração daquilo que os deuses ou os Seres divinos fizeram no começo do Tempo.” (ELIADE, 1992: 50)

candidato ideal para carregar os elementos e políticas do sucesso e do triunfo. Se é preciso, sobretudo, transformar uma realidade complexa, estas histórias e metáforas constituem um instrumento de reconhecimento alegórico da mudança e, assim, elucidam os desafios e testemunham a possibilidade de receber os devidos louros pela maratona.

Através desta liturgia os mitos são revividos e celebrados. O rito põe o mito em ação, invoca o ato original. A *práxis* do desenvolvimento, neste contexto, alude a uma tentativa de repetir (imitar) os grandes feitos heróicos e divinos, posto que, como os mitos, guarda o segredo e as origens das coisas. Nesta ritualística, as concepções sobre o desenvolvimento suscitam e reafirmam o mito, dão poder mágico à reprodução do seu ato original (ELIADE, 2001). Mas seria possível reconstruir a Atlântida de Platão?

A resposta é revelada pelas mãos de Furtado (1974) em “O Mito do Desenvolvimento”. Segundo o texto, o objetivo de se atingir e se generalizar o caminho, as características e o padrão de vida das economias centrais – o “mito do progresso”, elemento essencial da ideologia burguesa e da sociedade industrial (PRADO, 2006:1) – é uma realidade inapreensível. Não obstante, como defendeu Furtado, o mito carrega em si um discurso poderoso marcado pelo poder mobilizador e legitimador<sup>5</sup>. Ora, se está correta esta percepção e o processo de acumulação do capital é irreversivelmente (e internacionalmente) assimétrico, se é ilusória a possibilidade de trilhar o caminho original dos países avançados e, contudo, a transformação se faz necessária, o ideário do desenvolvimento – para além de um simples mito (e rito) da travessia – abarca também uma refundação do mito prometício<sup>6</sup>: seja pela força do elevado conteúdo civilizatório e modernizador que lhe é imputado, seja pela urgência e esforços (coletivos) necessários para ampliar o padrão de vida dos cidadãos, erradicar a miséria e a fonte dos desequilíbrios. Apresenta-se, não obstante, como um processo essencialmente contraditório, predatório e carregado de conflito que invoca seu negativo, o “*não-desenvolvimento*” (PRADO, 2006:2).

Este legado modernizante, conflituoso e transformador da realidade se expõe socialmente através uma convenção social, um cânone de crenças sob a qual se organizam conscientemente ações e esforços coordenados em torno de um processo que se revela carregado de imensa incerteza ontológica (Erber, 2008a; 2008b). As convenções, neste sentido, são estruturadas sobre uma realidade em mutação que garante propriedades evolutivas (como *path dependence*) à sua trajetória dotada de um ciclo de vida (ERBER, 2008a:9) ao fim do qual ela pode ser substituída por convenções alternativas ou revitalizada a partir de uma nova realidade.

---

<sup>5</sup> “....como negar que essa idéia [do desenvolvimento] tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar grandes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito.” (FURTADO, 1974:75)

<sup>6</sup> Lembra-se aqui que Prometeu, com a ajuda de Atena, rouba o fogo dos deuses e entrega-o aos mortais, garantindo-lhes superioridade frente aos outros seres e o acesso ao conhecimento, às artes, à engenharia e ao comércio.

É conhecido, nestes termos, o período em que a convenção do desenvolvimento reinou hegemônica na maioria dos países ‘atrasados’, sobretudo no caso latino-americano e brasileiro. Se os anos posteriores à crise de 29 contam como este ideário (tal qual o keynesianismo ao norte) assume tonalidades cada vez mais fortes na consecução de seus objetivos de transformação da estrutura produtiva herdada, a década de 80 testemunharia o fracasso desta convenção na batalha pela hegemonia, episódio em que seu receituário é degredado pelos diversos e graves *equívocos* em tentar devolver a civilização aos homens<sup>7</sup>. Não é sem um castigo que Prometeu engana os deuses<sup>8</sup>. Nada melhor que a imagem do incauto Ícaro para descrever os ataques à convenção do desenvolvimento e seus “excessos”: “voara-se demasiadamente perto do Sol”. Por tanto, seus partidários e ideólogos – a exemplo de Tântalo<sup>9</sup> – são sentenciados à perpetuidade no Tártaro, enquanto um novo conjunto de crenças (nos mercados autorregulados) e uma nova convenção (a neoliberal) assume proeminência tanto no centro quanto na periferia. Foi então necessário o advento de uma crise sistêmica no centro do capitalismo – talvez o episódio mais próximo de uma nova *teogonia*, depois das grandes guerras mundiais – para celebrar os poetas banidos<sup>10</sup>, reconhecer o fracasso da cartilha (ou decálogo) neoliberal, reconsiderar os projetos e trajetórias nacionais de desenvolvimento, reformular expectativas e prioridades, repensar as prioridades da sociedade. Neste sentido, a corrente crise – a exemplo da congênita de 29 – anuncia-se para alguns como prólogo de mudanças e reposicionamentos ou, nas palavras de Perez (2001, 2002), de um “*turning point*”. Como nas tragédias gregas, cabe lugar à *purgação dos sentimentos*, à *catarse*.

Este artigo procura contribuir para o entendimento das razões pelas quais certas convenções – como representações coletivas que estruturam o comportamento e a coordenação dos agentes em torno de uma agenda de problemas – evoluem e se tornam hegemônicas ao longo do tempo. Especificamente, busca-se apresentar que (i) o fenômeno do desenvolvimento (notadamente no caso brasileiro e latino-americano) esteve calcado em uma convenção compartilhada e dominante em determinado período da história e que (ii) esta hegemonia não foi um episódio isolado, na medida em que se deu de maneira concomitante a uma convergência supranacional de fatores políticos, tecnológicos e econômicos (CÁRDENAS *et ali*, 2000; PALMA, 2003; ERBER, 2008a; MADDISON, 1998). Neste prisma, argumenta-se que o interesse renovado nos ciclos econômicos de inspiração schumpeteriana (PEREZ, 2001; 2002; 2004; 2007; 2008; FREEMAN E LOUÇÃ, 2001) oferece uma dimensão interessante para compreensão desta convergência a partir da difusão e

---

<sup>7</sup> Prometeu fala por si na tragédia de Ésquilo: “*Para acudir aos mortais, causei minha própria perdição, mas nunca supus que me veria assim consumido sobre estes rochedos, no cume deserto de montanha inabitável.*”

<sup>8</sup> Afinal, como defenderam os acetos monetaristas, não há dádiva sem sacrifício; não há almoço grátis.

<sup>9</sup> Tântalo, tendo a confiança pelos deuses, dividiu a comida e os segredos divinos com os mortais e, por isso, foi condenado a viver mergulhado em água e impossibilitado de bebê-la, ter sob sua cabeça cachos de uva que se afastavam quando tentava alcançá-los.

<sup>10</sup> Em artigo recente, Stiglitz sintetiza esta evidência em uma frase: “*We are all Keynesians now.*” (Stiglitz, J. “The Triumphant Return of John Maynard Keynes”, Project Syndicate, 2008. Endereço Eletrônico: <http://www.project-syndicate.org/commentary/stiglitz107> acesso em 15/01/2009)

das características paradigma tecnoeconômico presente: um conjunto de instituições e regras de conduta sobre as melhores práticas (organizacionais, institucionais) que moldam a trajetória e o potencial de usufruto de um conjunto de tecnologias pelas economias nacionais. Em particular, sugere-se que a convenção desenvolvimentista encontra terreno fértil para sua difusão e perpetuação pela sua congeneridade com a formatação sócio-institucional pós-colapso de 29 e com as características evolutivas do paradigma da produção em massa, ao passo que a emergência de um novo conjunto de problemas associados a um novo paradigma (ICT), décadas mais tarde, ratificaria seu esgotamento (em termos hegemônicos). Entre as conclusões interessantes, corrobora-se a visão de Perez (2001) na qual as sucessivas revoluções tecnológicas e seus padrões de difusão demarcam espaço, questões e cenários específicos para acomodação (e hegemonia) de uma convenção (e do seu discurso), assim como abre caminhos e oportunidades para certos feixes estratégicos de desenvolvimento.

O próximo capítulo procura construir e trabalhar o conceito de convenção, bem como estender sua aplicação ao ideário e aos objetivos do desenvolvimento. Em seguida, introduz-se brevemente alguns pontos fundamentais da teoria de ciclos econômicos e ondas longas a partir dos trabalhos de Carlota Perez, com ênfase nas fases distintas do ciclo, a dinâmica dos capitais e seus reflexos sócio-institucionais. Explora-se, na seção seguinte, a emergência da convenção do desenvolvimento e sua hegemonia no período do pós-guerra, compreendido como “Era de Ouro” do capitalismo do século XX, segundo *framework* analítico das ondas longas. Ao final, tecem-se algumas considerações sobre a atualidade deste enfoque para arquitetura de uma nova convenção desenvolvimentista em sintonia com as condições evolutivas do atual paradigma tecnoeconômico.

## 2. Convenções e o Desenvolvimento

É necessário, antes de tudo, optar por um arcabouço teórico comprometido com os problemas e a dinâmica do mundo real. Sob este propósito, cabe ressaltar tradição pós-keynesiana<sup>11</sup> e neoschumpeteriana<sup>12</sup> concebe a economia como um sistema complexo<sup>13</sup>, cujo ambiente assume as propriedades de não-ergodicidade (e não-estacionariedade) e incerteza forte (*knightiana*) pela presença permanente de incógnitas informacionais. Em particular, o referencial neoschumpeteriano fundamenta a economia capitalista pela dinâmica concorrencial, pela interdependência e pela racionalidade limitada dos agentes (*bounded rationality*), hipóteses que assumem o lugar da estática, do individualismo metodológico e da racionalidade substantiva, pilares axiomáticos da teoria neoclássica. Identifica-se a inovação (motivada pelo lucro) como mola da engrenagem capitalista, produzindo mudança constante (caráter evolutivo) das condições (oportunidades)

---

<sup>11</sup> Para uma abordagem do tema, ver Cardoso e Lima (2005).

<sup>12</sup> Ver, a este respeito, POSSAS (2002).

<sup>13</sup> Entendida tanto no sentido cognitivo quanto computacional, ou seja, tanto na capacidade de interpretar os sinais quanto na viabilidade de calcular todas as opções.

produtivas. Neste universo teórico, os processos econômicos são abertos (*open-ended*), incorpora propriedades cumulativas, irreversibilidades, *path-dependence* e *lock-in*. Se como resultado, por um lado, inviabiliza-se o juízo matemático sobre o futuro (por exemplo, o cálculo das rendas esperadas e dos possíveis estados de natureza), por outro, abre-se a possibilidade de atravessar constantemente períodos de desordem e irregularidades nas economias (como nas crises financeiras)<sup>14</sup>. O caos, entretanto, não parece ser a regra das economias organizadas – ao menos na maior parte do tempo.

É válido recordar que Keynes já reconhecia, em um dos capítulos fundamentais da Teoria Geral, a engenhosidade de certo arranjo institucional na contenção dos efeitos acuadores da incerteza e da complexidade, principalmente no que se refere às decisões dos agentes em torno de toda classe de “...eventos futuros que podem ser vistos com um maior ou menor grau de certeza”. (KEYNES, 1982:108). Enquanto dependente do estado das expectativas de *longo prazo*, por exemplo, o investimento estaria sujeito a ao nível de conhecimento das variáveis envolvidas no processo e de seus valores no tempo, bem como na confiabilidade dos prognósticos. Keynes destaca, neste âmbito, que o estado de confiança sob o qual se erige as decisões é “...uma matéria à qual os homens práticos dedicam a mais cuidadosa e desvelada atenção”. Dada a base comumente precária sobre as quais se constrói previsões (no caso, sobre as rendas esperadas), os “*practical men*” de Keynes recorreriam à convenção como artifício prático e tácito através do qual se constrói, racionalmente<sup>15</sup>, um alicerce para o futuro<sup>16</sup>.

Pode-se, assim, assumir o papel das convenções sociais como salvaguarda provedora de uma base comum de ação e coordenação social. Conceitualmente, as convenções constituem acordos (institucionais) em torno de um conjunto de crenças legitimados pela credibilidade e reputação entre os agentes. De forma mais abrangente, Erber (2008a) destaca que a convenção é uma representação social, um conjunto de crenças fundado em um conhecimento produzido e compartilhado socialmente, capaz de estabelecer uma visão da realidade (e incentivos) a partir de metáforas tácitas e penetrantes (muitas vezes carregada de elementos míticos). Como instituição (as “regras do jogo”), as convenções podem se enquadrar ainda na definição clássica de North (1991)<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> Sobretudo se o enfoque destacar o investimento como variável-chave (e as expectativas de longo prazo, como seu fundamento).

<sup>15</sup> Se todos aderem a uma convenção social e a utilizam para formar expectativas, é racional ao agente (notadamente ao capitalista) levar isto em conta nas suas próprias decisões e responder a ela, seja acolhendo sua direção ou a ela se opondo.

<sup>16</sup> “A essência desta convenção — embora ela nem sempre funcione de uma forma tão simples — reside em se supor que a situação existente dos negócios continuará por tempo indefinido, a não ser que tenhamos razões concretas para esperar uma mudança. Isto não quer dizer que, na realidade, que acreditemos na duração indefinida do estado atual dos negócios. A vasta experiência ensina que tal hipótese é muito improvável. (...) Entretanto, o método convencional de cálculo acima indicado será compatível com um considerável grau de continuidade e estabilidade em nossos negócios, enquanto pudermos confiar na continuação do raciocínio.” (KEYNES, 1936: 161-162)

<sup>17</sup> “Institutions are the humanly devised constraints that structure political, economic and social interaction. They consist of both informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions, and codes of conduct), and formal rules (constitutions, laws, property rights). Throughout history, institutions have been devised by human beings to create order and reduce uncertainty in exchange.” (NORTH, 1991:97)

Sua operação se dá no plano da estabilização comportamental (geração de regularidades) e na formação de expectativas de modo a estabelecer maior ou menor confiabilidade sobre o futuro<sup>18</sup> e, assim, traçar uma direção (teleologia) para os negócios e as economias nacionais. Evidentemente, mesmo uma forte adesão a estas convenções não elimina por completo a incerteza e, com ela, o potencial desestabilizador do sistema econômico<sup>19</sup>. Tampouco uma convenção se garante como profecia autorrealizável ou ainda sinônimo de equilíbrio, se bem que se produzam certas regularidades (comportamentais) e se reforcem os mecanismos de *feedback* existentes.

Para realizar tais tarefas, cada convenção adota um repertório de problemas e uma coleção de instrumentos e instituições certificadas a responder (ou se calar) ativamente a eles. Sua base é construída a partir de um *Weltshauung* (visão de mundo) ou *ato pré-cognitivo* (Schumpeter), que delineia um diagnóstico da realidade, um receituário e os resultados possíveis e desejados. Neste sentido, Erber (2008a) destaca que as convenções são compiladas a partir de conhecimentos codificados (eminentemente na academia e nas ciências: teorias econômicas, políticas e sociais) e conhecimento tácitos (informais, morais e culturais). Neste último, encontrar-se-iam as histórias e os mitos: metáforas que estruturam a necessidade de mudança, revelam modelos e dão robustez à teleologia (ERBER, 2008a:5).

Ora, North já reconheceu nas instituições o papel de conectar o passado e o futuro através de uma estrutura de incentivos que estabelece uma direção para as economias nacionais: “*Institutions provide the incentive structure of an economy; as the structure evolves, it shapes the direction of economic change towards growth, stagnation or decline*” (NORTH, 1991:97). Com efeito, por constituir um aparato institucional que estabelece tais incentivos e arbitra uma hierarquia de problemas ancorados na coordenação e sujeitos à incerteza<sup>20</sup>, as convenções sociais se tornam *pontos focais* no desenho e na manutenção de coalizões políticas em torno do desenvolvimento econômico, da industrialização e da mudança estrutural. O reconhecimento da existência de uma convenção a serviço destes propósitos, no caso brasileiro, é classicamente fornecido por Castro (1993; 2007)<sup>21</sup>, enquanto uma ilustração da teleologia, dos incentivos e da força motriz da convenção desenvolvimentista em fazer convergir os diversos esforços é apresentada, por sua vez, na passagem de Rostow (1974) sobre as “pré-condições para o arranco”:

---

<sup>18</sup> Ver a este respeito POSSAS, M. L. (1993). “*Racionalidade, coordenação e mudança: uma agenda para a teoria da dinâmica macroeconômica*”. Rio de Janeiro, FEA/UFRJ (mimeo).

<sup>19</sup> A própria crise, entendida como um momento de frustração das convenções, provoca súbito deslocamento e desordenação das decisões econômicas, uma força centrífuga que acaba por reforçar o recuo das decisões de investir e consumo.

<sup>20</sup> “...a heuristic device for dealing with uncertainty” (ERBER, 2004:6).

<sup>21</sup> “Desde os anos 50 a noção de que a economia do país encontrava-se num processo de construção/modernização tornou-se uma crença amplamente difundida. Neste contexto, tornava-se muito difícil questionar o crescimento (...) Esta crença chegou a ser assumida e exaltada por ocasião do milagre pelo Ministro Delfim Netto que repetidamente advertia: ‘Quem correr vai ficar no mesmo lugar’. Introjetada pelos atores econômicos (e políticos) ela se tornara uma convicção, amplamente compartilhada, para qual sugeriu o nome de ‘Convenção do Crescimento’”(CASTRO, 2007).



*“...dissemina-se a idéia de que não só é possível o progresso econômico, mas, também que ele é condição indispensável para uma outra finalidade considerada benéfica: seja ela a dignidade nacional, o lucro privado, o bem-estar geral, ou uma vida melhor para os filhos.”* (ROSTOW, 1974:19)

Antes de se avançar à pormenorização da agenda desta convenção, cabe notar que as citações apontam para uma série de transformações na economia que extrapolam a questão do crescimento enquanto ampliação da estrutura produtiva prévia (escala)<sup>22</sup>. É vital, neste âmbito, separar os conceitos de crescimento e de desenvolvimento: enquanto aquele pode ser abordado em termos quantitativos (o PIB, como agregado da renda nacional, aparece como uma primeira tentativa, na sugestão de Collin Clark<sup>23</sup>), o desenvolvimento envolve uma dimensão qualitativa fundamental, associada a transformações na estrutura produtiva, institucional e tecnológica, com desejáveis reflexos na elevação do padrão de vida da população. Definir quais mudanças são desejáveis inclui, como convém ao escopo da economia política, abordar sua *práxis*, optar pelo favorecimento de certos grupos e setores, estabelecer prioridades e uma metodologia de ação. Implica, por consequência, em intensa divergência ideológica nas agendas de problemas e soluções, assim como nas diferentes histórias sobre como ocorre esta “mudança”.

Estes conflitos remetem, por sua vez, à particular associação entre um momento histórico e uma agenda propositiva em torno da convenção do desenvolvimento. Erber, a este respeito, lembra que: *“...the convention about development which held the hegemony from the end of the War to the mid-eighties considered that the structural change that mattered was the change of the productive structure – industrialization, in short”* (ERBER, 2004:42). Os insucessos da estratégia das economias primário-exportadoras após o colapso dos preços das commodities na década de 30 acarretam, neste âmbito, uma reconfiguração e conscientização política sobre a necessidade de maior autonomia, com a formação de um bloco de interesses nacionais em torno da via da industrialização. O suporte e a validação de qualquer agenda requer que seu conteúdo seja legitimado, objetivo ao qual se prestam comumente os economistas e as teorias econômicas<sup>24</sup>. No caso latino-americano, o pensamento estruturalista-cepalino (emblemático nas figuras de Prebisch e Furtado) proveu coesão e legitimidade teórica a boa parte das estratégias, experiências e coalizões políticas ligadas ao desenvolvimento latino-americano<sup>25</sup>, particularmente no que se entende pela

<sup>22</sup> Embora Castro (1993) tenha optado pelo termo “convenção do crescimento”, subentende-se que o único caminho vislumbrado por aquela convenção para se crescer era via mudança estrutural.

<sup>23</sup> Para acesso interessante ao assunto, ver Maddison, A. (2004). *Macromasurement Before and After Colin Clark*. Versão reduzida de artigo homônimo em: [http://www.ggdc.net/maddison/articles/colin\\_clark.pdf](http://www.ggdc.net/maddison/articles/colin_clark.pdf)

<sup>24</sup> Evidentemente, embora nem todo “fazer ciência” seja intencionalmente movido por interesses políticos e econômicos, o papel de instrumento retórico legitimador das teorias não carece de fartos exemplos.

<sup>25</sup> Para Cárdenas *et al* (2000:11): *“At the conceptual level, ECLAC gave a logic to and helped to rationalize the strategy of development which had been springing up in the region.”*. Não obstante estes aportes teóricos, o conteúdo teórico-programático da convenção do desenvolvimento permaneceu circunscrito, grosso modo, ao universo da economia aplicada (ERBER, 2008a:11), em distinção ao seu paralelo nos países centrais, ligado keynesianismo, que se alicerçou em teorias mais formalizadas. Uma análise sobre a convenção (revolução) keynesiana pode ser encontrada em SÁ ERP (2000).

mudança da posição ricardiana da região em direção a uma estrutura econômica com “...*new comparative advantages with greater productivity-growth potential, higher ‘technology-ladders’, better balance-of-payments prospects and increased chances of ‘catching up’*” (PALMA, 2003:128). Entre as proposições centrais da orientação da convenção do desenvolvimento, procurava-se destacar, grosso modo: (i) a manufatura como motor primordial do crescimento; (ii) a via da industrialização pela substituição de importações como método; (iii) a carência de dinâmica no setor exportador de *commodities*; (iv) uma concepção estrutural (gargalos de oferta) da inflação; (v) que somente políticas discricionárias *seriam capazes de lidar com estes problemas*<sup>26</sup>. O setor industrial, de fato, torna-se nesta convenção o porta-estandarte que testemunha a formação das relações sociais típicas do capitalismo, especificamente, de um mercado de trabalho e de um mercado de consumo de massa. O Estado, entendido como condutor do processo, é identificado como pivô na alavancagem do desenvolvimento (modelo *state-led*)<sup>27</sup> sendo-lhe provido uma série de instrumentos de política econômica. Neste espírito, as experiências pioneiras dos países desenvolvidos (notadamente a inglesa) contrastam com a violência (sacrifício) necessária para – com engenho – mudar a estrutura produtiva do país (como no espetacular avanço soviético à época). Esta ótica particular para a elaboração de uma agenda de problemas (por exemplo, a industrialização), soluções (acumular capital), instituições capacitadas (o Estado) e aquelas impotentes (o mercado). Descreve os sacrifícios (quotas de importação) e os desafios do processo de substituição de importações. Antecipa grupos e setores favorecidos (industriais) e os vilipendiados (agricultura). Aponta uma teleologia (mudança estrutural) e um resultado (industrialização, menor dependência externa e aumento da renda generalizado). Como explorado por Erber (2008a, 2008b), as convenções também se disseminam pelas instituições (nas resoluções da Sumoc, por exemplo), burocracias (BNDES, Sumoc, Banco Central) e organizações (Universidades, Sindicatos, etc.), afixando sua robustez e legitimidade. Ganham, assim, o controle do *decision-making*, das variáveis (taxa de juros, investimento público) e ferramentas discricionárias (política fiscal, cambial) para consecução dos objetivos da convenção (avançar nos estágios do processo de substituição de importações).

À sombra deste processo, coube a uma convenção alternativa (historicamente, de matiz liberal) apoiar sua agenda em teses simetricamente opostas: a presença do Estado, por exemplo, enquanto vanguarda para o desenvolvimentismo, é geralmente entendido como sinal de distorção, ineficiência alocativa e *rent-seeking* para outros; enquanto o mercado é incapaz de – sozinho -

---

<sup>26</sup> Uma agenda específica para o caso brasileiro pode ser encontrada em BIELSCHOWSKY e MUSSI (2005:7)

<sup>27</sup> “The state had also taken on its shoulders the responsibility for promoting economic development. It did so by enlarging economic infrastructure in some instances of by establishing state enterprises, either for defense purposes as in Argentina under Perón or to assure domestic supplies of certain ‘strategic’ inputs, as in Brazil, Mexico and many other countries. It also created public sector commercial and development banks, or encouraged new private financial institutions and forced all of them to channel funds to priority sectors”.(CÁRDENAS et ali, 2002:11)

transformar a realidade no primeiro caso, só pode fazê-lo de modo livre e autônomo, no segundo. Deste modo, as divergências entre estas convenções se traduzem em uma dicotomia que, como no duplo movimento de Polanyi (1994), abarca o peso e sustentação de grupos de interesse em torno da crença na capacidade dos mercados autorregulados em “produzir prosperidade e sinais de progresso”. Neste movimento pendular, quanto maior a convergência dos componentes de uma convenção e maior for a representação política (e participação no *decision-making*), maior sua chance de ser hegemônica. Desta forma, a hegemonia não seria construída e disseminada ao acaso, mas resultado de certas configurações sociopolíticas e tecnológicas expressas na distribuição do poder político e econômico na sociedade em sua relação com os problemas da modalidade de inserção internacional das economias.

Dada a existência de convenções concorrentes ao poder, o sucesso ou fracasso na consecução dos objetivos de uma convenção determinam sua credibilidade e estabilidade. Como sua formação e seu alinhamento fazem parte de um processo social cumulativo pautado pelo *path-dependence* (ARTHUR, 1994), as convenções apresentam propriedades evolutivas e, assim, estão sujeitas a questões e grupos emergentes. Neste sentido, a flexibilidade e adaptabilidade das convenções são características desejáveis na sustentação do poder e no amortecimento de ataques pelo “cinturão protetor” da convenção (ERBER, 2008a). O advento de uma crise ou de um choque, na medida em que constrói uma nova problemática (moratórias e inflação crônica, por exemplo), aumenta a desconfiança/descontentamento com relação à manutenção da agenda positivas e negativas corrente (protecionismo) colaborando para ataques ao *core* da convenção (o papel ativo do Estado), levando ao seu fracasso e posterior substituição pela convenção alternativa (privatização, abertura e desregulamentação).

As condições e oportunidades para construir (ou solapar) a hegemonia da convenção são, portanto, de interesse do estudo do desenvolvimento, tal como sua agenda e sua compatibilidade com as características (e oportunidades) econômicas e tecnológicas afluentes. No próximo capítulo, procura-se trabalhar a teoria dos ciclos econômicos como base analítica para se entender a gênese e a ciclo hegemônico desta convenção no período do pós-guerra.

### **3. Revoluções, paradigmas e ciclos econômicos**

A busca de um padrão recorrente e de regularidades no comportamento do nível da atividade econômica está tradicionalmente associada ao estudo da determinação e periodização dos ciclos econômicos (*business cycles*). A identificação de grandes movimentos de ascensão e queda da atividade se resume, grosso modo, em revelar possíveis generalizações na atuação das forças, da ocorrência de eventos e dos fenômenos econômicos, muito embora estejam muitas vezes calcados em raízes multidimensionais (política, social e institucional). A contribuição de Schumpeter (1982 e

1939) é de particular relevância no escopo deste trabalho. Destacou-se, em sua obra, as dimensão tecnológica, inovativa e empreendedora como componentes dinâmicos (concorrenciais) do capitalismo. Sugeriu, em sua obra específica sobre *Business Cycles* (SCHUMPETER, 1939), um modelo propositivo tricíclico formado pela superposição de ciclos (curtos) de estoques de *Kitchin* (de 3 a 5 anos), ciclos (médios) de investimento de *Juglar* (de 7 a 11) e ciclos longos de *Kondratiev* (entre 50 e 60 anos)<sup>28</sup>. Sem ignorar as críticas e ressalvas<sup>29</sup>, o legado schumpeteriano permitiu: (i) identificar as especificidades e singularidades de cada ciclo (as inovações não se repetem); (ii) colocar a tecnologia e a inovação (novo espaço econômico) no centro da dinâmica e da concorrência do capitalismo e (ii) integrar o sistema financeiro (crédito) ao fenômeno cíclico através combinação e recombinação dos capitais (investimento) em torno de ondas de inovação (em especial, de produto e processo), gerando fôlegos periódicos à atividade econômica. Em sua abordagem, esta dinâmica delinearía os períodos *de prosperidade-saturação-recessão-depressão*, engendrando grandes ciclos das economias capitalistas.

Esta tradição é resgatada e retrabalhada pela literatura recente de matiz neoschumpeteriana, notadamente pelos trabalhos de Perez<sup>30</sup> e Freeman na SPRU (*Science and Technology Policy Research, University of Sussex*). Em especial, ressalta-se aqui a contribuição de Perez (2002) na ligação entre revoluções tecnológicas (inovação), crescimento econômico e o capital financeiro. Se o advento das “revoluções tecnológicas” tornou-se um *lugar-comum* no meio acadêmico, é com igual familiaridade e prioridade que a autora inclui os movimentos do capital financeiro na dinâmica das revoluções tecnológicas (entendidas como *cluster* de inovações). Nesta teorização, a recorrência das bolhas especulativas e de crises (por conseguinte, a demarcação dos “*turning points*” e grandes reposicionamentos na ordem sócio-institucional) pode ser compreendida a partir do descolamento (*decoupling*) e da recomposição (*recoupling*) entre a esfera produtiva e a esfera financeira no âmbito das revoluções tecnológicas que varrem o mundo. Estas revoluções repercutem nas massivas e descontínuas mudanças nos processos produtivos, no quadro institucional e organizacional, atuando na co-determinação do nível de desigualdade entre países e regiões, níveis de concentração de mercado, padrões de vida e consumo, infraestrutura, etc. Seu livro de 2002, embora concentrado nos países centrais, faz as necessárias referências às repercussões do ciclo nos países periféricos, notadamente na relação entre capitais migratórios

---

<sup>28</sup> A intenção original de Schumpeter envolvia um esquema tetracíclico, incluindo a contribuição dos ciclos de construção de Kuznets, com duração entre 15 e 20 anos (HAGERMANN e DAL-PONT, 2007).

<sup>29</sup> Kuznets foi talvez o maior crítico contemporâneo de sua teoria dos ciclos. Ver, sobre isso, Possas (1987).

<sup>30</sup> “‘Long waves’ in economic growth are phenomena recurring every half century, with 20 or 30 years of strong general growth followed by 20 or 30 years of unstable, uneven and slow growth with recessions and even depressions. Schumpeter attributed these long range fluctuations to successive technological revolutions. The notion of shifts in techno-economic paradigms follows this tradition. Although many radical technology systems enter the economy at different periods, those that constitute veritable technological revolutions bring far more than dozens of new industries and thousands of new products. They have universal impact by providing a quantum jump in productivity and a new dynamic potential for wealth creation that affects every economic activity” (PEREZ, 2007).

(infraestrutura, produção e especulação) e as etapas percorridas nos países centrais. Trabalhos anteriores e posteriores dão cabo de complementar uma perspectiva sobre o assunto no âmbito das estratégias de desenvolvimento (PEREZ, 1985; 2001; 2007).

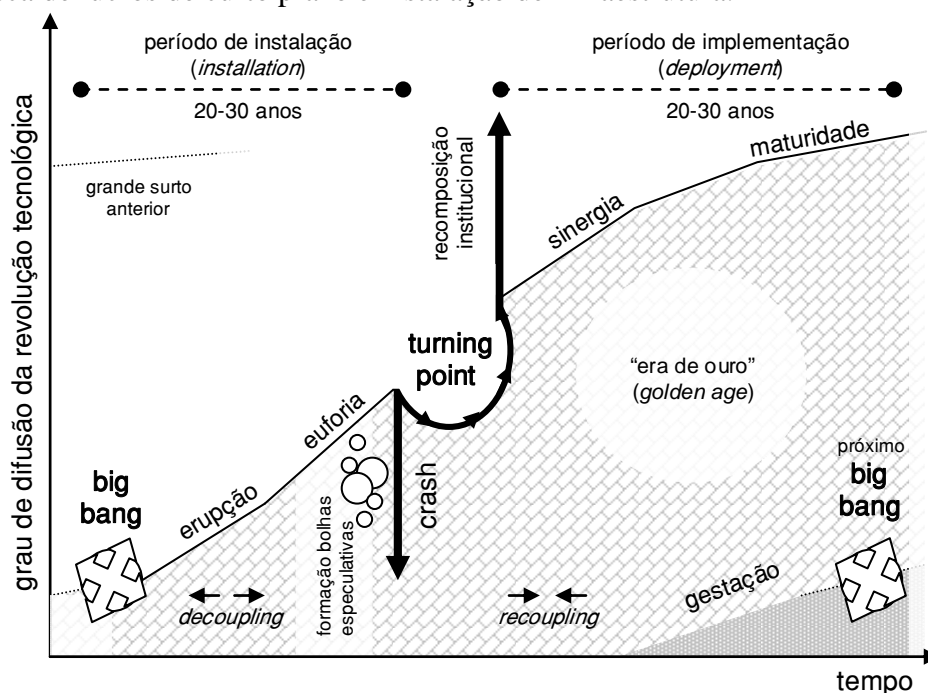
Entre as hipóteses centrais de seu trabalho, Perez admite: (i) que as inovações radicais constituem o motor das revoluções tecnológicas (e dos ciclos); (ii) que estas inovações ocorrem em bloco, na forma de *clusters*; (iii) a existência de uma separação funcional entre capital produtivo (marcado pela imobilidade, dotado de conhecimento profundo dos mercados e de capacidade de gerar lucratividade) e capital financeiro (caracterizado, respectivamente, pela mobilidade, desconhecimento da natureza dos mercados e capacidade de gerar mais capital financeiro), cada qual com objetivos e métodos específicos de valorização (no jargão marxista); (iv) o elevado grau de inércia e resistência à mudança do quadro sócio-institucional *vis-à-vis* às mudanças constantes na esfera tecnoeconômica, acompanhados de momentos de descompasso, recomposição e acomodação.

Cada uma das revoluções tecnológicas destacadas por Perez inaugura um novo ciclo através da abertura da sociedade a novas formas produtivas que se transmutam em saltos de produtividade. Em termos mais precisos, Perez descreve a emergência de cinco revoluções tecnoeconômicas nos últimos 200 anos: (a) a Revolução Industrial, com base na Inglaterra; (b) a Era do Vapor e das Ferrovias (com base na Inglaterra e difusão posterior pelos EUA); (c) a Era do Aço, Eletricidade e Engenharia Pesada (com base simultânea nos EUA, Inglaterra e Alemanha); (d) a Era do Petróleo, automóvel e produção em massa (com base nos EUA, Alemanha e restante da Europa) e, finalmente, (e) a Era da Informação (baseada nos EUA com posterior difusão pela Europa e Ásia). Vale notar que, nesta classificação, cada uma das revoluções envolveria, ainda: (i) um insumo de baixo custo, (ii) uma fonte de energia nova e (iii) um material crucial que co-determinam as oportunidades, níveis de lucratividade e o feixe de trajetórias tecnológicas disponíveis.

Propõe-se ali que a ocorrência destas grandes vagas de destruição criadora impacta diretamente no comportamento dos agentes no que concerne a inovação, lucratividade e investimentos, constituindo uma janela de oportunidade (*windows of opportunity*) para readequação de produtos e formas de produção “...that rapidly fires the imagination of engineers, entrepreneurs and investors, who in their trial and error experiments applying the new wealth creating potential, generate the successful practices and behaviors that gradually define the new best-practice frontier (...) facilitating compatible innovations and hindering and hindering incompatible ones” (PEREZ, 2002:16). Um conceito interessante nesta análise é o de grandes surtos de desenvolvimento (“*great surge of development*”) como um processo de mudança que transborda e difunde as novas idéias pela economia, provocando mudanças estruturais na produção, distribuição, comunicação e consumo, elevação de produtividade e padrão de vida.

No tocante à dinâmica do ciclo (com duração entre 50 e 60 anos), esta se inicia ainda no período de maturidade do surto de desenvolvimento anterior, quando o capital financeiro (na forma de capital de risco), diante da saturação das oportunidades rentáveis, da acomodação dos mercados e da redução da rentabilidade das indústrias consolidadas, fomenta a prospecção de novas e rentáveis oportunidades (tecnológicas), ligadas, por exemplo, à redução de custo e aumento de produtividade. Com o sucesso na constituição de um *cluster* de inovações radicais (ligados à essa “nova economia”), detona-se do um processo massivo de investimentos associados, dando início ao *período de instalação*. A atuação explosiva da revolução tecnológica, descrita alegoricamente como um *Big Bang*, garante a reformulação de toda constelação econômica, através de reconstrução do aparato produtivo, geração de externalidades e a instalação das novas tecnologias e infra-estrutura específica. É um período marcado, na terminologia schumpeteriana, pela “*Destruição Criadora*”, mas também pela “*exuberância irracional*” dos mercados financeiros.

No decorrer deste percurso de consolidação do novo paradigma, o capital financeiro se descola (*decoupling*) do capital produtivo, inaugurando a fase de euforia (*frenzy*). Trata-se, em grandes linhas, de um momento caracterizado pelo exagerado otimismo, elevado nível de concorrência (preço), grandes ondas de fusões e aquisições, predominância do individualismo (convenções), busca incessante por lucros elevados e grandes oportunidades, aumento das desigualdades regionais e internacionais (no aspecto renda e na tecnologia), propagação de inovações financeiras, desregulamentação e inflação do preço dos ativos (descolamento entre riqueza real e a de “papel”). Não à toa, trata-se de um período historicamente favorável ao surgimento de bolhas especulativas e tecnológicas e de um movimento de capitais em direção à periferia na busca de lucros de curto prazo e instalação de infraestrutura.



**Figura 1:** A sequência de fases de uma revolução tecnológica adaptado de PEREZ (2002:74)).

Esta fase evolui até que o descolamento atinja patamares insustentáveis, instante em que as bolhas especulativas (e tecnológicas) encontram seu desfecho em grandes crises (*crashes*). Trata-se de um momento de quebra de expectativas e convenções, com ampliação das incertezas quanto ao futuro. As economias enfrentam o pessimismo e a recessão (eventualmente, depressão), enquanto dura a reposicionamento institucional, a repactuação entre os capitais, os limites da acumulação e novas instituições regulatórias que resgatem o lado real da economia e evitem que as extravagâncias do capital financeiro se repitam no futuro (por exemplo, através de regulamentação e controles de capitais). Este ponto de inflexão (*Turning Point*) torna aparente os focos de tensão entre riqueza real e “imaginária” e expõe a gritante polarização da renda e turbulência política, inviabilizando a continuidade e os fundamentos institucionais da trajetória de crescimento prévia e, por consequência, a difusão da revolução tecnológica.

A necessária recombinação é marcada pela resistência e inércia do arcabouço institucional vigente (PEREZ, 1985:9), seja por questões burocráticas (leis, regulamentos), pelos sucessos passados e resquícios de credibilidade (ilusão de segurança em um momento de incerteza generalizada) e grupos de interesse ancorados no arcabouço vigente: *“But institutions have a natural inertia, strengthened by past successes and vested interests. It is only when the negative social consequences of these times of ‘creative destruction’ in the economy generate strong political pressures for change...”* (PEREZ, 1997)

Após o atrito da recomposição, estabilização e o reforço da relação entre o lado real e financeiro da economia (com viés produtivo), o conjunto de variáveis e configurações sociais, institucionais, tecnológicas e econômicas (*best practices*) que acompanha a expansão (*boom*) constitui um padrão que recebe o nome de paradigma tecnoeconômico<sup>31</sup>. O conceito, erigido com base na tradição neoschumpeteriana de paradigmas *epistemológicos* (Kuhn) e *tecnológicos* (Dosi), define como será o território para prática normal da inovação (para os próximos progressos marginais) compatível com a nova fronteira de produtividade. Nas palavras de Perez (2002:15):

*“...techno-economic paradigm is, then, a best-practice model made up of a set of all-pervasive generic technological and organizational principles, which represent the most effective way of applying a particular technological revolution and of using it for modernizing and rejuvenating the whole of the economy. When generally adopted, these principles become the common-sense basis for organizing any activity and for structuring any institution”.*

---

<sup>31</sup> Reitera-se, neste ponto, que o conceito de paradigma tecnoeconômico extrapola a dimensão tecnológica do seu análogo em Dosi: *“The new paradigm is capable of transforming every branch of the economy and the economy of every country, renovating products and processes, relocating activities, redefining markets, redesigning firms and gradually modifying the ways of producing and the ways of living across the planet”* (PEREZ, 1997).

Neste nova etapa, a relação entre produção e capital financeiro é harmonizada (*sinergy*) via novas instituições e regulações (internacionais e nacionais), reduzindo a incerteza ao preço de lucros mais modestos. Como o terreno para uma nova trajetória de crescimento (*upswing*) está disponível graças à provisão da infraestrutura necessária no período anterior (*installation*), dá-se início ao período de implementação (*deployment*) do paradigma, em que a difusão dos frutos da revolução tecnológica em curso é ampliada (em grau e espaço). É também momento em que se prioriza a coletividade (convenções sociais, garantia e seguridade social, ampliação da esfera do consumo de massa, etc.), ao passo que o alcance da revolução tecnológica é estendido a países até então fora da nova ordem produtiva:

*“The expansion in turn requires growing demand, which usually supposes income distribution and implies government policies of a welfare sort. It is a shift from the individualist survival-of-the-fittest profit seeking of the installation period to favoring collective well-being in order to profit from generalized growth. It is also a shift from ferocious free competition for survival to more stable industry structures formed through merger and acquisitions and embodying a form of oligopolistic competition. Those shifts are the essence of the Turning Point between the two periods of each surge.”* (PEREZ, 2007:17-18)

A crise torna-se, então, o prelúdio da Era de Ouro (*Golden Age*), período marcado pela expansão dinâmica da economia, pelas elevadas taxas de crescimento, aproveitamento de economias de escala, elevação do padrão de vida, difusão do padrão tecnológico. O capital financeiro, embora ainda direcione o modo do crescimento, aparece mais amarrado à esfera produtiva:

*“When a mode of growth based on social cohesiveness is established, moral principles are in force, ideas of confidence flourish and business is satisfied about its positive social role. It is a time for advance in labor laws and other measures for social protection of the weak, a time for income redistribution in one form or another, leading to enlarged consumption markets. It is above all the reign of the ‘middle class’. Fast and easy millionaires are rare, though investment and work lead to persistent accumulation of wealth. Production is the key word in this phase.”* (PEREZ, 2002:54)

Com a continuação do processo de difusão, entra-se no período de maturidade do paradigma tecno-econômico, marcado pela saturação do investimento, redução das margens de lucro, desaceleração do crescimento e acomodação produtiva. Com os primeiros sinais de separação no pacto da Era de Ouro, o capital financeiro inicia sua prospecção de novas oportunidades (lucros



extraordinários<sup>32</sup>) seja na periferia, seja na gestação de novos produtos, processos e materiais vinculados à próxima revolução tecnológica. Este anticlímax traz, como colocaria Polanyi, um novo movimento em direção aos mercados autorregulados.

É necessário ressaltar, antes que se prossiga, alguns pontos importantes da teoria aqui exportada, alguns deles relativos a críticas antigas à teoria de ciclos em Schumpeter e Kondratiev. Em primeiro lugar, como modelo histórico, o enquadramento dos eventos históricos no *framework* de Perez oferece e reconhece que algumas fases são mais naturalmente mais fáceis de se identificar na história, enquanto outras apresentam *lags* e extensão diferente do esquema padrão apresentado. Isto implica reconhecer que pode haver sobreposição (*overlap*) de fases e que a difusão do surto de desenvolvimento (e da revolução tecnológica) tende a ser assimétrica no espaço e no tempo, a partir da base de sua eclosão. Assim, enquanto as crises e colapsos tendem a marcar mais facilmente os períodos, graças à violenta contaminação dos mercados internacionais (via comunicação e comércio, mas principalmente pelos mercados financeiros), as fases de difusão, gestação e eclosão de uma nova revolução costumam ser menos distinguíveis, compondo camadas na economia com a estrutura tecnoeconômica anterior. Assim, a escolha dos anos de início e fim das fases e revoluções é arbitrária, ainda que sujeito a um critério simbólico de representatividade.

Em segundo lugar, há a questão tradicional de mensuração e identificação exata dos ciclos (questões empírico-estatísticas). Perez partilha do ceticismo de Schumpeter quanto à identificação clara das regularidades e da periodização rígida dos picos e vales, bem como da utilização de dados agregados, posto que o emprego de critérios homogêneos e agregados (como o PIB) esconde a heterogeneidade da estrutura produtiva e os movimentos díspares da velha e da nova economia, clivagem refletida nas distintas taxas de crescimento que se acomodam no seio da revolução tecnológica em difusão. A autora espera, entretanto, que se observem algum grau de regularidade em termos desagregados e, na fase de sinergia, alguma regularidade em termos agregados, já que este período é propício à convergência, homogeneização e estabilização dos novos setores no arcabouço produtivo.

Por fim, cabe lembrar que não se espera simultaneidade das ondas longas no mundo. Ao contrário do processo de contaminação das crises, este súbito e violento, a expectativa é de que se observe *lags*, sequencialidade e atrasos na propagação (com características evolucionárias) pelos países e setores das economias, a partir dos *linkages* e externalidades em relação aos *países-base* e os *setores-chave* da revolução tecnológica. Neste sentido, a exportação da revolução aos países

---

<sup>32</sup> Assim, a ocorrência das crises (na forma de “manias”, bolhas tecnológicas e financeiras, *crashes*) são favorecidas nos períodos de Euforia e Maturidade, ambos ligados ao processo de *decoupling* entre capital financeiro e a produção, seja através de fraudes, operações escalonáveis de risco ou inovações nos instrumentos financeiros

periféricos é, em geral, sujeita a retardamentos de décadas, enquanto ela se aprofunda nos países centrais<sup>33</sup>.

#### 4. A ascensão da Convenção Desenvolvimentista e a Era de Ouro

Os números de Maddison (1998) confirmam a performance excepcional do período que vai do pós-guerra ao primeiro choque do petróleo (1950-1973), um “*período sem paralelo na história*”. O PIB mundial cresceu em média 4,9% ao ano (três vezes mais que o período precedente) e as exportações, 7%. Este forte dinamismo é observado em todas as regiões do globo e representado por uma taxa de crescimento do PIB per *capita* maior que a de qualquer outro período desde 1820. Os países da OCDE têm sua produção triplicada e sua renda per *capita* elevada em 2,4 vezes. A América Latina, que havia se destacado com a maior taxa de crescimento nos anos que se seguem ao colapso financeiro de 29 (MADDISON, 1998:68), apresenta, para o período entre 1950 e 1981, uma taxa média de crescimento do produto não só maior que a de qualquer outra região em desenvolvimento como também, e pela primeira vez, maior que a dos países da OCDE (5,3%, contra 4,2% da OCDE) (PALMA, 2003). Esses números extraordinários reforçam a existência de condições excepcionais para a expansão da produção, para industrialização e para o crescimento econômico tanto no centro quanto na periferia do capitalismo.

O mundo atravessava a quarta onda de Kondratiev cujo *core* esteve calcado no petróleo, nos automóveis, na motorização e na produção em série (FREEMAN e LOUÇÃ, 2001:267). O ponto de partida (“*epochal*”) da revolução tecnológica é tradicionalmente associado ao início da operação da linha de montagem do modelo Ford-T, em 1908 (PEREZ, 2002), ícone dos aspectos multidimensionais da nova constelação tecnológica em difusão tais como: o aproveitamento de economias de escala e mercados de massa, a mudança da base energética para o petróleo, mudanças na organização das firmas (integração horizontal, hierarquização e especialização funcional), padronização dos produtos (produção em série) e centralização de poder. Como argumenta Perez (2002), o aproveitamento e difusão dos potenciais desta quarta onda só seria possível mediante instalação de infraestrutura apropriadas e políticas de emprego e renda compatíveis com o paradigma emergente, de forma a se viabilizar mercados consumidores amplos que sustentassem a nova economia. Como se sabe, este momento oportuno de reconfiguração sócio-institucional (*turning point*) só sera construído após a crise de 29, no período que vai se estender até os primeiros anos do pós-guerra. “*Last time around, to overcome the great depression of the 1930's and to rebuild the economy after the war, it was necessary to surmount the prevailing notions about the superiority of free market mechanisms and accept the establishment of massive and systematic State intervention in the economy*” (PEREZ, 2004:17). Esta mudança de postura está conectada, de certa

---

<sup>33</sup> Evidentemente, este não é o caso dos países que se pautaram pelas estratégias de *catch-up* ainda nas fases iniciais do novo paradigma, como é o caso dos tigres asiáticos e a revolução ICT.

forma, à própria reconfiguração necessária tanto para estabilização do sistema (políticas de emprego e investimento público massivas) quanto para adequação ao novo padrão de acumulação<sup>34</sup>, no que concorda Palma (2003:128) no tocante à conveniência das políticas keynesianas de renda e emprego para os países centrais:

*“The collective memories of the 1930s and of the war played an essential role in shaping this ‘golden age’. Keynesian demand-management, a growing welfare state, powerful trade unions, different policies to strengthen property rights over human capital, and the compatibility of US internal policy goals with extern leadership requirements helped the OECD achieve this unprecedented performance”.* (PALMA, 2003: 128)

Assim, embora dotados de especificidades locais, cada um dos modelos adotados nos países (centrais ou periféricos) convergiram em vários aspectos graças ao compartilhamento do paradigma tecnoeconômico vigente (produção em massa, fordismo), particularmente no que concerne ao papel central e ativo do Estado<sup>35</sup> nas questões econômicas, no emprego, na redistribuição da renda e na redução das disparidades regionais: *“High rates of urban employment, absorbing migrants from the country-side, coupled to the supply of durable consumer goods provided mass-support to industrialization, even where political regimes became authoritarian”* (ERBER, 2008a:11)

Deve-se lembrar, ainda, que a reconfiguração do plano *sócio-institucional* torna-se necessária para o *recoupling* entre as esferas produtivas e financeiras após a quebra das convenções liberais ligadas ao padrão-ouro e aos fluxos financeiros internacionais. Para Cárdenas *et ali* (2000: 5) *“...as the Second World War drew to close the international system was clearly perceived to have broken down and to require major institutional change. Led by the USA, talks had gone on at many levels during the war itself to prepare to build the peace”*. Sobre estas reformas, Maddison (1998) destaca entre os pontos importantes: (i) a criação de uma nova ordem internacional baseada em controles de capitais e regulamentação dos fluxos financeiros internacionais, bem como instituição do padrão dólar-ouro (acordos de Bretton Woods, criação de órgãos multilaterais como FMI, Banco Mundial, GATT); (ii) a devoção das políticas domésticas à promoção deliberada da demanda e do emprego nos países avançados; (iii) o círculo virtuoso relacionado à recuperação dos países da Europa (Plano Marshall) e Ásia no pós-guerra aliado à contínua expansão e aceleração do progresso técnico nos Estados Unidos. O período, não por acaso, é marcado por uma polarização tecnológica forte ligada

---

<sup>34</sup> *“All this was deeply consistent with the requirements of the mass production paradigm. In fact, that paradigm, with its economies of scale, based on very high volume and standardized demand for military and consumer goods, seemed to require some form of ‘national statism’. The four political systems that were adopted for growth with that paradigm were: Soviet socialism, Nazi-Fascism, Keynesian democracy and State Developmentalism (as one could call the various versions of State-led growth in the Third World). In spite of their profound differences, these four systems were all coherent with the requirements of the growth potential provided by the paradigm. Hence, they shared many formal features, including centralized governments with huge demand and significant employment and mechanisms for controlling or ‘overseeing’ the national economies and the inter-national exchanges.”* (PEREZ, 2007:19)

<sup>35</sup> *“Indeed, accelerated industrialization was only possible through the integration of domestic markets, and a greater and more ubiquitous role of the state”* (CÁRDENAS *et ali*, 2000:3).

aos avanços dos Estados Unidos (como por conta da economia de guerra, militarização). Esta polarização encontra eco em Erber (2008a), que aponta também a importância do contexto geopolítico da Guerra Fria<sup>36</sup>, particularmente na disputa entre os blocos através do suporte ideológico, financeiro e técnico à industrialização dos países menos desenvolvidos. É neste contexto que são realizados os estudos clássicos sobre a industrialização e desenvolvimento e se consolidam coalizações e consensos em torno da sua necessidade (e conveniência). Só então que se permite identificar claramente grande avanços em termos da hegemonia da convenção do desenvolvimento:

*“Mostly important, national State bureaucracies, committed to greater political autonomy, had evolved and viewed industrialization as a necessary ingredient of such goal. (...) As a result, a powerful coalition of international and local interests was formed in favor of industrialization. Such coalition was greatly reinforced by the international competition within oligopolies fighting for market shares on a global scale, following the reconstruction of the industrial power of Western Europe and Japan.”* (ERBER, 2008a:10)

De particular interesse no escopo deste trabalho é como esta convenção toma espaço na América Latina. Como é de amplo consenso, o colapso do preço das commodities e dos fluxos de capitais na década de 30 põe em cheque o modelo de industrialização (“espontâneo”) previamente estabelecido (*export-led*). De fato, a mudança na estratégia parece ter sido, em grande parte, uma resposta histórica aos ciclos financeiros e às crises no setor externo (MEDEIROS, 2008). A ocorrência de problemas (desequilíbrios) constantes na balança de pagamento colabora para o início das políticas deliberadas de substituição de importações, moratórias, controles de câmbio e práticas discricionárias<sup>37</sup>. A necessidade e conveniência destas políticas são compartilhadas pelos atores econômicos e criam o consenso em torno da agenda desenvolvimentista e do protagonismo do Estado. No Brasil, por exemplo, os setores sociais e políticos convergiam no fundamental papel do intervencionismo estatal:

*“Os traços comuns das três correntes desenvolvimentistas (setor privado, setor público não-nacionalista e setor público nacionalista) eram, fundamentalmente, o projeto de estabelecer um capitalismo industrial moderno no país, e a convicção de que para isso era*

---

<sup>36</sup> No que parece concordar Perez (2004): “On the international level, these national arrangements were complemented by the economic, political and military hegemony of the United States in the West (holding the Cold War balance with the Soviet System), Bretton Woods, the United Nations with all its specialized agencies, the GATT, the Marshall Plan, the IMF, the World Bank, gradual decolonization and multiple other institutions and measures, geared to facilitating the international movement of trade and investment, as well as to maintain political stability.”

<sup>37</sup> “This collapse (...) led to a wave of devaluations and protectionism which shifted relative prices in favor of domestic industries and proliferation of bilateral trade agreements, which enhanced the complexity of the 1930’s that it seemed natural and even necessary to practice them under controls of foreign trade operations to guarantee bilateral trade equilibria practices which were unknown before” (CÁRDENAS et alii, 2000:9)

*necessário planejar a economia e praticar distintas formas de intervenção governamental”.*  
(BIELSCHOWSKY, R. e MUSSI, 2005:13-14)

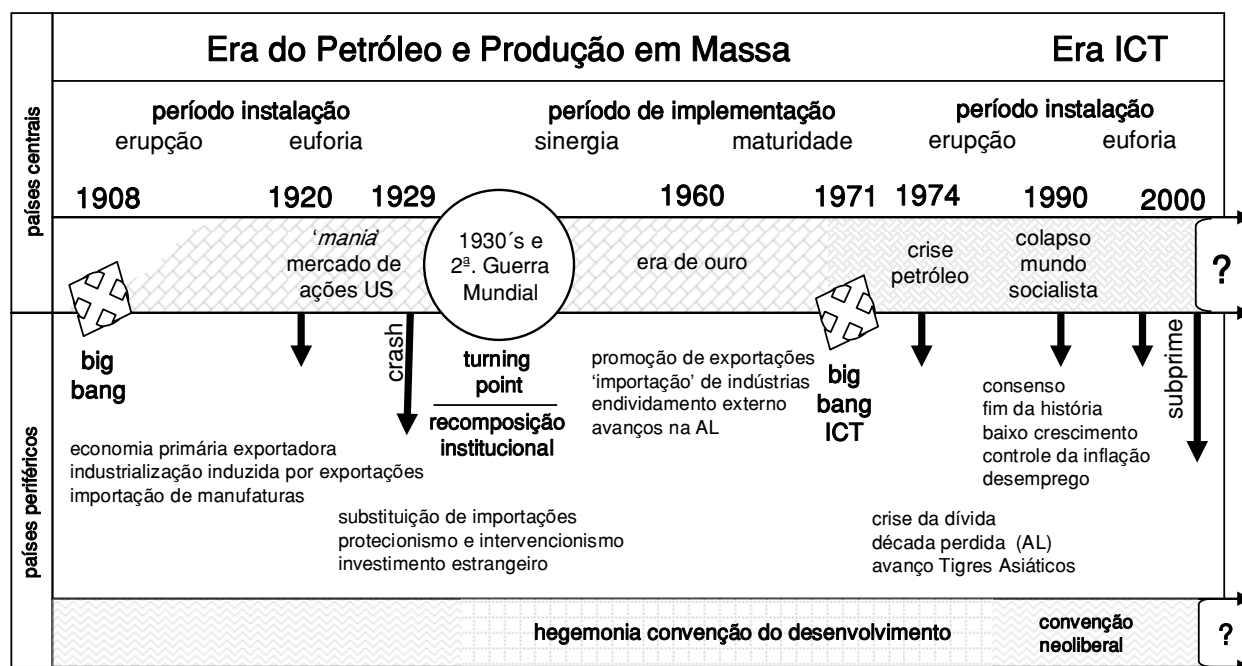
O favorecimento dos objetivos da convenção desenvolvimentista se dá também pelas condições produtivas nos países centrais, graças às quais o *desarrollo* dos países periféricos viria a constituir um negócio interessante e rentável (CÁRDENAS et ali, 2000:5). Perez (2008) destaca que, ao final dos anos 50, muitas das grandes corporações nos países centrais atravessavam dois limites para o crescimento: por um lado, a fronteira tecnológica limitava a entrada de novas linhas de produtos e ganhos de produtividade incrementais; por outro, a expansão dos mercados consumidores atingira níveis de saturação. Simultaneamente, economias periféricas proveriam boas oportunidades para investimento direto e de comércio de máquinas e bens de capital. Erber constata, neste mesmo plano: *“Facing export barriers, producers of durable consumer goods, capital goods and intermediary products jumped over such obstacles establishing subsidiaries in LDCs [Less Developed Countries], especially in those countries which had large, protected and highly profitable markets”* (ERBER, 2008a: 11). A sobreposição deste período de industrialização com a aproximação do período de maturidade do paradigma tecnoeconômico nos países centrais não é coincidência. De fato, como se abordou anteriormente, a redução das oportunidades de negócios, a saturação dos mercados, a concorrência oligopolista e os lucros modestos nos países centrais ao longo das décadas de 50, 60 e 70 são fatores de expulsão de capital, levando à sua migração países periféricos<sup>38</sup>.

Logo, pode-se sustentar que a mudança estrutural – como cerne da convenção do desenvolvimento – esteve conectada também ao ritmo de expansão radial do paradigma a partir dos países centrais, na medida em que estes avançam em direção ao esgotamento das possibilidades tecnológicas e produtivas: *“This means that ‘miracles’ of synergy, intensive growth and prosperity fueled by each technological revolution, move out to further and further rings, from the areas of maximum development towards the least developed.”* (PEREZ, 2002:64). Esta evidência é ainda mais clara quando se explora o core teórico-estratégico da convenção do desenvolvimento – o processo de substituição de importações (PSI) – como pivô do processo de mudança da posição ricardiana, na internalização do eixo dinâmico e na transferência de progresso técnico. Se bem que o PSI não resolvesse definitivamente o problema no balanço de pagamentos dos países periféricos, já que as camadas subseqüentes de substituição demandavam grandes volumes de bens de capital e aumentavam a repatriação de capital via remessa de lucros, royalties e licenças; ele implicou na mobilização e na coordenação dos atores em torno do emprego, obras de infraestrutura, serviços,

---

<sup>38</sup> *“A sort of pulsating movement inward and outward between core and peripheral countries seems to characterize the availability of investment capital in the periphery. It is during Maturity and Frenzy, as will be seen later, that idle capital goes out searching for opportunities (...) times of capital migration. (...) These overflows of investment to the peripheries can give the last push to catching-up processes in countries that are ready for it.”* (PEREZ, 2002:84-85)

modificando a estrutura social dos países da periferia (por exemplo, pela emergência da classe média) pelas próximas três décadas<sup>39</sup>.



**Figura 2:** Evolução da Revolução Tecnológico e do paradigma tecnoeconômico vis-à-vis as Convenções/Estratégias de Desenvolvimento. Adaptado de PEREZ (2002:78) e PEREZ (2001:123).

Desta forma, pode-se afirmar, como sintetizado na **Figura 2**, que o *turning point* anunciado pela crise ao final da década de 20 foi um prelúdio de grandes reconfigurações sócio-institucional mundiais que: (i) permitiram o reordenamento do cenário internacional (político, financeiro e comercial); (ii) favoreceram a formação de coalizações nacionais e internacionais convergentes em diversas dimensões, particularmente aquelas compatíveis com a formação e expansão de mercados consumidores (emprego e renda); (iii) garantiram a difusão da revolução tecnológica vigente nos países centrais e sua posterior propagação aos países periféricos. A hegemonia da convenção do desenvolvimento é parte integrante deste processo, coerente com *framework* analítico e teórico que identifica a formação de uma “Era de Ouro” no capitalismo do século XX.

## 5. Considerações finais

A teoria dos ciclos apresentada tem algo a dizer sobre a ascensão e queda da convenção do desenvolvimento. Em conexão com o contexto sociopolítico em que se insere seu papel histórico, as mudanças nos paradigmas tecnoeconômicos oferecem um feixe de valiosas informações que contribuem ao entendimento das direções e oportunidades das estratégias de desenvolvimento em

<sup>39</sup> Cabe ressaltar que o PSI não envolvia, de início, uma preocupação com a geração endógena de inovação, questão que será progressivamente inserida na estratégia da convenção ao lado da promoção das exportações. Sabe-se, de toda forma, que embora não houvesse em seu estatuto original uma menção importante à geração interna de inovações (ERBER, 2004), foi necessário desenvolver uma série de habilidades (capacitações) gerenciais e organizacionais, assim como algumas técnicas (engenharia, por exemplo) para adaptação dos produtos e supervisão técnica na indústria (montagem e transformação). Grande parte do progresso técnico e da tecnologia foi adquirida via importação (incorporado à maquinaria). Este processo seria perseguido pelas décadas com vias à construção de um parque industrial completo, com uma estrutura produtiva similar à dos países centrais, mas com importante lag tecnológico.

determinados períodos como parte de uma reconfiguração maior do modo de produzir riqueza pelas sociedades. As crises, neste âmbito, são entendidas como prelúdio da mudança. Pôde-se entender a partir do exposto que as condições favoráveis da “Era de Ouro” são resultado da recomposição institucional pós- crise, do novo pacto entre o capital financeiro e produtivo e do estabelecimento de uma nova ordem mundial. A transição, como argumenta Perez, é um longo período de tentativa e erro, de conforto entre forças da transformação e a inércia, de conflitos e negociações, numa ambiente cerceado pela de instabilidade, incerteza e sofrimento generalizados. Conquanto seja de difícil previsão o sucesso ou o fracasso destes experimentos, a prosperidade dependerá do estabelecimento de um certo arranjo institucional e regulatório adequado e favorável à difusão do paradigma tecnoeconômico vigente<sup>40</sup>. No escopo do nosso trabalho, sugeriu-se que a convenção do desenvolvimento encontrara nesta reconfiguração um terreno fértil (político e econômico) para angariar força e expressão política, na medida em que apresentou, em oposição à convenção então prevalecente, uma agenda de problemas, instituições capacitadas e soluções compatíveis com o reposicionamento sócio-institucional (supranacional) e com uma a mudança estrutural do país. Especificamente, esta teria sido favorecida pelas condições extraordinárias no pós-guerra, pelo estabelecimento de um grupo hegemônico que compartilha esta convenção, pelo suporte amplo de grupos de interesses e pela modalidade de inserção internacional do país.

Cabe notar que o ideário do desenvolvimento – tal qual os mitos - apresenta uma estrutura dinâmica vinculada aos enigmas e incógnitas que lhe conferem pluralidade de interpretações e atualizações a partir do contexto histórico em que são contados e estudados. Este caráter cifrado e simbólico permite ao conceito de desenvolvimento, como conteúdo programático, tomar a forma do recipiente que o carrega. O advento de uma nova crise internacional fornece, à luz deste trabalho, a possibilidade de se abrir um novo *turning point*, apropriado à conformação de novas formas a este conteúdo, ao mesmo tempo preocupado com as transformações necessárias da realidade latino-americana/brasileira mas, também, compatível com as trajetórias tecnológicas e oportunidades econômicas disponíveis na constelação do paradigma dominante.

Por fim, a teoria aqui esboçada alerta para a necessidade de se constituir e se adaptar a agenda do desenvolvimento a problemáticas emergentes para que mantenha credibilidade e estabilidade na perseguição de seus objetivos. Quanto a isso, o legado prometício não deixa dúvidas quanto às possibilidades de reconstrução de projetos nacionais de cunho transformador e civilizador. Como reitera o próprio Prometeu na tragédia de Ésquilo: “*Dei-lhes uma esperança infinita no futuro*”.

---

<sup>40</sup> “Each transition, then, by implying a radical restructuring, reopens the question of the development perspectives of the various countries, as well as that of the better or worse distribution of the benefits of future growth, among social groups, regions and countries (...) Thus, in spite of the crisis and because of the crisis, it is essential to open new spaces for development thinking in terms of the future.” (PEREZ, 1985:11-12)

## Referências Bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- ARTHUR, W. Brian. *Competing Technologies, Increasing Returns, and Lock-in by Historical Small Events*. In: ARTHUR, W. Brian. *Increasing Returns and Path Dependence in the Economy*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. e MUSSI, Carlos. *O pensamento desenvolvimentista no Brasil : 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005*. CEPAL, mimeo, 2005.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, IPA/INPES, 1988.
- CÁRDENAS, Enrique; OCAMPO, Jose Antonio; THORP, Rosemary. *An Economic History of Twentieth- Century Latin America*. Vol. 3 Industrializations and the State Palgrave, St Antony's Series, 2000.
- CASTRO, Antônio Barros de. *Renegade Development: Rise and Demise of State-Led Development in Brazil*. In: SMITH, William; CUÑA, Carlos H.; AMARRA, Eduardo A. (org.). *Democracy, markets and structural re-form in Latin America*. 1.ed. Miami: Transaction Publishers, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Trajetórias e Inflexões sobre o longo prazo da Economia Brasileira*. Centre of Latin American Studies. UCLA, Berkeley, 2007.
- CARDOSO, Fernanda; LIMA, Gilberto Tadeu. *A Concepção de Keynes do Sistema Econômico como um Todo Orgânico Complexo*. In: XXXIII Encontro Nacional de Economia da Anpec, 2005, Natal (RN). Anais Eletrônicos do XXXIII Encontro Nacional de Economia da Anpec.
- CHANG, Haa-joon.; EVANS, Peter. *The role of institutions in economic change*. Texto apresentado na conferência "The Other Canon and Economic Development", Oslo, Noruega, 14-15 de agosto, 2000.
- ELIADE, M. *O profano e o sagrado*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Aspectos do Mito*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- ERBER, F. S. *Brazilian Development in the Nineties – Myths, Circles and Structures*. Nova Economia, vol 12 no 1, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Innovation and the development convention in Brazil*. Revista Brasileira de Inovação, v. 3, n. 1, 2004.
- \_\_\_\_\_. *The Evolution of Development Conventions*. Working Paper, 2008a. Disponível em: <http://www.files.scire.coppe.ufrj.br/iss2008/1092/f544.pdf>. Acesso em 01/12/2008.
- \_\_\_\_\_. *As Convenções de Desenvolvimento no Brasil: um ensaio de economia política*. Working Paper, 2008b. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/fabio\\_Erber\\_120908.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/fabio_Erber_120908.pdf). Acesso em 18/01/2009.
- ÉSQUILO. Prometeu acorrentado. São Paulo: Martin Claret, 2004.



FREEMAN, Christopher.; LOUÇÃ, Francisco. *As time goes by — from the Industrial Revolutions to the Information Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

FREEMAN, Christopher.; PEREZ, Carlota.. *Structural Crisis of Adjustment, Business Cycles and Investment Behaviour*; in. DOSI, Giovanni; FREEMAN, Christopher; NELSON, Richard R., SILVERBERG, Gerald; SOETE, Luc. *Technical Change and Economic Theory*. Londres : Francis Pinter Publishers, 1988.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GERSCHENKRON, Alexander.. *Economic Backwardness in Historical Perspective*, Harvard University, 1966.

HAGERMANN, Harald e DAL-PONT, Muriel. *Business Cycles in Juglar and Schumpeter*, The History of Economic Thought, n.49, 2007. Disponível em: [http://www.unil.ch/webdav/site/cwp/users/neyguesi/public/bc/Juglar\\_Schumpeter.pdf](http://www.unil.ch/webdav/site/cwp/users/neyguesi/public/bc/Juglar_Schumpeter.pdf). Acesso em 19/01/2009.

HIRSCHMAN, Albert O. *The Strategy of Economic Development*, Yale University Press, 1958.

KEYNES, John Maynard (1936). *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1982

KRUGMAN, Paul. *The fall and rise of development economics*. In: RODWIN, Lloyd ae SCHON, Donald (orgs.) *Rethinking the Development Experience*, The Brookings Institution, 1994.

MADDISON, Angus. *Monitoring the World Economy: 1820-1992*, OECD, Paris, 1998

MEDEIROS, Carlos Aguiar. *The Pioneers of Development Economics, Great Economists on Development*. Economia e Sociedade (UNICAMP), v. 16, p. 125-130, 2007.

\_\_\_\_\_. *Financial Dependency and growth cycles in Latin American countries*. Journal of Post Keynesian Economics, v. 31, 2008.

NORTH, Douglas C. *Institutions*. Journal of Economic Perspectives, American Economic Association, vol. 5(1), pages 97-112, Winter, 1991.

NURKSE, Ragnar. *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries*, Blackwell: Oxford, 1953.

PALMA, Gabriel. *Latin America During the Second Half of the Twentieth Century*. In: CHANG, Haa-joon (ed.). *Rethinking Development Economics*, Anthem Press, 2003.

PEREZ, Carlota. *Microelectronics, long waves and world structural change: New perspectives for developing countries*, World Development, Vol.13, No.3, pp. 441-463, 1985.

\_\_\_\_\_. *The Social and Political Challenge of the Present Paradigm Shift*, Norwegian Investor Forum, Oslo, 1997. Disponível em: <http://www.carlotaPerez.org/papers/1-the-social-and-political.htm> acesso em 19/01/2009.

\_\_\_\_\_. *Technical Change and Opportunities for Development as a Moving Target*, Cepal Review, No. 75, December, pp. 109-130, 2001.

\_\_\_\_\_. *Technological Revolutions and Finance Capital: The Dynamics of Bubbles and Golden Ages*. Cheltenham, Edward Elgar, 2002.

\_\_\_\_\_. *Technological Revolutions, Paradigm Shifts and Socio-Institutional Change* em E. Reinert, ed. *Evolutionary Economics and Income Equality*, Edward Elgar, Cheltenham, 2004.

\_\_\_\_\_. *Great surges of development and alternative forms globalization*. The Other Canon Foundation and Tallinn University of Technology Working Papers in Technology Govern, 2007. Disponível em: <http://hum.ttu.ee/wp/paper15.pdf> acesso em 19/01/2009.

\_\_\_\_\_. *A Vision for Latin America: A resource-based strategy for technological dynamism and social inclusion*. Working paper, 2008. Disponível em: [http://www.carlotaPerez.org/papers/Perez\\_CEPAL\\_Vision\\_for\\_LatAm.pdf](http://www.carlotaPerez.org/papers/Perez_CEPAL_Vision_for_LatAm.pdf) acesso em 19/01/2009.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1980.

POSSAS, Mario Luiz. *A Cheia do Mainstream. Comentário Sobre os Rumos da Ciência Econômica*. Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 13-37. 1997.

\_\_\_\_\_. *Elementos para uma Integração Micro-macrodinâmica na Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Revista Brasileira de Inovação, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 123-149, 2002.

\_\_\_\_\_. *Dinâmica da Economia Capitalista: Uma Abordagem Teórica*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. *A questão da comparação das teorias em Economia*. In: Gentil Corraza. (Org.). *Métodos da Ciência Econômica*. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, v. 1, p. 189-205, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Garganta Mitológica da Teoria Econômica*. In: SABOIA, João; CARVALHO, Fernando Cardim de (Org.). *Celso Furtado e o Século XXI*. 1 ed. Barueri: Manole/Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 1, p. 395-408, 2006.

ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do Desenvolvimento*. Zahar, Rio de Janeiro, 1974.

SÁ EARP, Fábio. *A trílice revolução keynesiana: notas sobre a dinâmica da difusão das idéias econômicas*, Ensaios FEE, ano 21, n.2, 2000.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Business cycles, a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process*. New York, McGraw-Hill, 1939.

\_\_\_\_\_. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Introdução de Rubens Vaz da Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1982.